

Brasília, 23 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Jornal GGN Online

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Guilherme Carboni: O falso equilíbrio entre autorias e uso de IA	3
---	----------

Migalhas

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.333	5
--------------------------------	----------

MSN Notícias

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Finep e MCTI anunciam investimento de R\$ 14,9 milhões voltado à adequação da E... ..	10
--	-----------

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Setor de videogames pode gerar US\$ 22 bi em lucro com cortes de custos apoiado... ..	11
--	-----------

O Brazilianista

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Quem é o novo secretário-executivo do MDIC?	12
--	-----------

Terra - Notícias

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Quando a beleza vira exclusividade: as patentes que protegem produtos icônicos	14
---	-----------

Correio Braziliense - Online

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

O legado dos 30 anos da LPI no Dia Mundial da Propriedade Intelectual	18
--	-----------

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Correio promove debate sobre propriedade intelectual na saúde	19
--	-----------

Folha.com

Quarta-feira, 22 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Precarização nos games com IA preocupa 45,9% dos jogadores	20
---	-----------

Guilherme Carboni: O falso equilíbrio entre autorias e uso de IA



A utilização de obras protegidas como insumo para sistemas de IA não é um uso neutro. Trata-se de um processo de extração de valor

O falso equilíbrio entre **direitos autorais** e uso de obras protegidas para treinamento de Inteligência Artificial

Siga o Jornal GGN no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo Seguir no Google

por Guilherme Carboni

O avanço da inteligência artificial (IA), especialmente de sistemas baseados em aprendizado de máquina, colocou no centro do debate jurídico o conflito entre **direitos autorais** e o uso de conteúdo protegido para treinamento de IA. Nesse contexto, alguns defendem a necessidade de um "equilíbrio" entre os interesses dos titulares de **direitos autorais** e os das empresas de IA.

Essa formulação, aparentemente moderada, carrega um problema estrutural: ela pressupõe uma simetria entre os interesses em jogo, o que não corresponde à realidade.

Ao tratar pessoas autoras - em geral, em posição mais frágil - e empresas de IA, dotadas de capacidade de processamento massivo de dados, como polos equivalentes, o discurso do equilíbrio tende a obscurecer o modo como operam as relações de poder

e como se dá a apropriação econômica no setor.

Além de ilusório, esse alegado equilíbrio é retórico. Sua invocação tem servido para legitimar o uso não autorizado de obras protegidas como insumo para sistemas de IA, sob o pretexto do desenvolvimento dessa indústria.

A ideia de equilíbrio é recorrente no direito de autor. Nas primeiras décadas dos anos 2000, ela foi mobilizada pela necessidade de conciliar a proteção autoral com o interesse público no acesso à informação, à cultura e ao conhecimento, em um mundo que se abria à digitalização e às redes. Esse debate foi fundamental para ampliar limitações aos **direitos autorais** em situações nas quais o interesse público deveria prevalecer.

Mas não é isso que está em jogo agora. O atual discurso do equilíbrio opera como um dispositivo retórico de neutralização do conflito: em vez de reconhecer a existência de interesses potencialmente incompatíveis entre a exploração econômica de obras por sistemas de IA e a remuneração de seus autores, essa narrativa sugere que tais interesses podem ser harmonizados sem perdas significativas.

Tal entendimento também pressupõe que o uso massivo de obras protegidas seria necessário para o "progresso tecnológico". Não por acaso, já se fala em "custos de **direitos autorais**" como barreiras à inovação.

Além disso, a defesa de um suposto equilíbrio entre **direitos autorais** e treinamento de IA tampouco se constrói em nome da função social do **direito autoral**, que visa evitar abusos no exercício desse direito em prol do interesse social no desenvolvimento cultural e tecnológico. O que se observa, ao contrário, é uma captura conceitual: a função social passa a ser invocada para legitimar práticas que intensificam a assimetria entre os agentes envolvidos, bem como a expropriação do valor do trabalho artístico para impulsionar a indústria da IA. Nesse contexto, ela deixa de operar como critério de contenção e passa a funcionar como retórica de legitimação de usos por uma determinada indústria, sem consideração adequada dos efeitos sobre a criação

intelectual.

A utilização de obras protegidas como insumo para sistemas de IA não é um uso neutro. Trata-se de um processo de extração de valor, no qual conteúdos protegidos são incorporados a sistemas que gerarão benefícios econômicos significativos para a indústria de IA.

O reconhecimento do caráter retórico do equilíbrio não implica negar a relevância da **inovação tecnológica**, mas exige recolocar o debate em bases mais realistas. Uma abordagem juridicamente consistente deve partir de alguns pressupostos, dentre os quais: (a) o uso de obras protegidas no treinamento de IA é juridicamente relevante e não pode ser ignorado; (b) a **inovação tecnológica** não justifica, por si só, a supressão de direitos; (c) a existência de interesse no desenvolvimento tecnológico não elimina a necessidade de compensação, especialmente quando há exploração econômica significativa.

A partir desses pressupostos, torna-se possível pensar em soluções que não se apoiem em um equilíbrio fictício, mas em critérios normativos claros de imputação de responsabilidade, reconhecimento

da natureza econômica do uso e estabelecimento de mecanismos efetivos de autorização e remuneração dos titulares de direitos.

Superar esse quadro exige abandonar a retórica do equilíbrio e enfrentar diretamente os conflitos em jogo, reconhecendo que o desenvolvimento da IA não pode se dar à custa da expropriação da criação alheia

Guilherme Carboni - Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP com Pós Doutorado em Comunicação pela ECA (USP). É professor e coordenador do Grupo **Propriedade Intelectual**, Direitos Humanos e Inclusão (GPIDHI) da Direito FGV SP. Fundador da Escola da Autoria Contemporânea

O texto não representa necessariamente a opinião do Jornal GGN. Concorda ou tem ponto de vista diferente? Mande seu artigo para dicasdepau-taggn@gmail.com. O artigo será publicado se atender aos critérios do Jornal GGN.

"Democracia é coisa frágil. Defendê-la requer um jornalismo corajoso e contundente. Junte-se a nós: <https://www.catarse.me/JORNALGGN> "

MIGALHAS nº 6.333

Quarta-Feira, 22 de abril de 2026 - Migalhas nº 6.333.

Fechamento às 07h20.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Hexsel Doca Advocacia

()

"Dizem que a gente experimenta uma certa mudança moral de sete em sete anos."

Machado de Assis

Redesenhando o caminho

Eis que, no meio do feriado prolongado, o ministro Flávio Dino lançou proposta de reforma do Judiciário que vai além de ajustes pontuais e aposta em um redesenho normativo do sistema de Justiça, duas décadas após a Emenda Constitucional nº 45, último grande marco de reestruturação. Segundo ele, o país precisa de mudanças "sérias e profundas" para enfrentar problemas concretos que afetam empresas, cidadãos e o próprio poder público. Dino destacou que o novo ciclo deve ser construído de forma participativa, com diálogo entre instituições e entidades do sistema de Justiça. A ideia é fortalecer o sistema, garantindo direitos e coibindo abusos. ()

Endosso

A proposta acima reverberou no Supremo e ganhou respaldo imediato do presidente do STF, ministro Edson Fachin, que a classificou como "oportuna e bem estruturada", com foco em eficiência, transparência e confiança nas instituições. ()

Fugit Tempus

A Emenda Constitucional nº 45 nasceu pelas mãos do então deputado Hélio Bicudo, antigo aluno da FADUSP, no início dos anos 1990, com a ambição de reformar o Judiciário. Como convém às grandes ideias nacionais, resolveu meditar: sopitou por anos. Já nos anos 2000, ressurgiu com novos ares e ganhou forma sob a relatoria do então senador Aloysio Nunes Ferreira, também antigo aluno das

Arcadas e ex-presidente do XI de Agosto. A engrenagem, que até então rangia, passou a girar quando o Executivo, sob a batuta do saudoso ministro Marcio Thomaz Bastos, outro antigo acadêmico da

São Francisco, decidiu empurrar a pauta, sobretudo a ideia, à época quase herética, de um controle externo do Judiciário, hoje materializado no CNJ. No fim, a reforma saiu. Levou mais de uma década, o que, em termos de Brasil, beira a celeridade. Daí que, ao se falar agora em nova reforma, convém algum espírito de calendário: com sorte, método e café, talvez em 2040 se colha algo. Quem viver verá.

Crise e caminho

Ainda uma vez a reforma do Judiciário. Em artigo publicado ontem no Estadão, a atual e ex-presidentes da AASP lançam um alerta que ecoa para além das linhas: a crise que hoje ronda o Judiciário já não é apenas de imagem, mas de confiança institucional. O texto, embora crítico, não é destrutivo. Ao contrário, sugere que o aperfeiçoamento institucional passa justamente por enfrentar, sem rodeios, temas incômodos. E é aqui que a reflexão dialoga, ainda que indiretamente, com a proposta de reforma lançada pelo ministro Flávio Dino. Se de um lado se fala em redesenho normativo, de outro se aponta que talvez parte da resposta já esteja menos na arquitetura e mais na prática cotidiana das instituições. No fundo, as duas vozes, a da reforma e a da crítica, parecem convergir em um ponto sensível: não basta mudar as regras se não houver disposição para cumpri-las com a sobriedade que o ofício exige.

Pauta da semana

STF volta a julgar, nesta semana, o mínimo existencial em casos de superendividamento; a possibilidade de quebra de sigilo de dados de usuários não identificados em investigações criminais; e a validade de restrições à aquisição de terras por empresas com capital estrangeiro. ()

Compulsória de emprego público

STF formou maioria para reconhecer a aplicação imediata da aposentadoria compulsória de empregados públicos aos 75 anos, conforme a reforma da Previdência. Prevalece o entendimento de que a regra já pode ser aplicada, sem necessidade de regulamentação. Ministro Flávio Dino apresentou divergência parcial. Embora concorde com a aposentadoria obrigatória, defendeu o pagamento de verbas trabalhistas no desligamento. Julgamento segue em plenário virtual até dia 28. ()

Legitimidade do MP

STF analisa se o MP pode atuar na liquidação e execução de sentenças coletivas envolvendo direitos individuais homogêneos (Tema 1.270). Relator, Toffoli votou contra a possibilidade, por entender que a fase exige apuração individual de direitos disponíveis. Há divergência: Alexandre de Moraes, seguido por Dino e Cármen Lúcia, admite a atuação do MP quando presente interesse social relevante; já Cristiano Zanin, acompanhado por Gilmar Mendes, propõe solução intermediária, condicionando a legitimidade à homogeneidade dos casos e à ausência de análise individual complexa. ()

Fake news

Gilmar Mendes pediu a inclusão do ex-governador Romeu Zema no inquérito das fake news após ele publicar vídeo com fantoches que fazem alusão a ministros do STF e simulam diálogo em que um diz ter o sigilo quebrado por uma CPI, enquanto o outro responde que poderia anular a decisão em troca de benefícios, como uma cortesia em resort. ()

Ofensas

Cármen Lúcia seguiu Moraes e votou pela condenação de Eduardo Bolsonaro por difamação contra Tabata Amaral, em caso ligado a postagens sobre distribuição de absorventes. ()

Corrupção

STF manteve a cassação do deputado Rodrigo Baccellar, por irregularidades em contratações em fundação pública do RJ, no mesmo processo que tornou Cláudio Castro inelegível. ()

Publicação de balanços

4ª turma do STJ decidiu que juntas comerciais não podem exigir a publicação de balanços e demonstrações financeiras como condição para o arquivamento de atos societários de sociedades limitadas de grande porte. Para o colegiado, a lei 11.638/07

impõe a essas empresas regras das S.A. apenas quanto à escrituração e auditoria, sem prever a obrigação de divulgação pública. ()

Compensação tributária

Juiz suspendeu multa de 150% aplicada pela Receita Federal e afastou os efeitos de representação penal ao entender que não houve indícios de fraude em compensação tributária com precatórios por meio de sistema da Fazenda. ()

Novo Apoiador

Sediado em Brasília e atuação nacional, Hexsel Doca Advocacia oferece atendimento jurídico técnico e personalizado. Sob a liderança das sócias Hannah Hexsel e Luana Doca, o escritório atua de forma multidisciplinar em áreas do Direito Público e Privado, desenvolvendo soluções jurídicas integradas tanto em contencioso estratégico, como no âmbito consultivo. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Crédito contestado

Magistrado determinou a suspensão de descontos em folha ligados a cartão consignado após identificar indícios de contratação diferente da pretendida e risco de prejuízo à renda da consumidora. ()

Direito do produtor

Juíza reconheceu o direito de produtor rural ao alongamento de dívida de crédito rural após constatar que estiagem e perda da safra comprometeram sua capacidade de pagamento. ()

Fora do rol

TJ/PE decidiu que é legítima a negativa de plano de saúde ao custeio de medicamento de uso domiciliar não previsto no rol da ANS nem no contrato. ()

Falso coletivo

Plano de saúde com apenas três beneficiários foi reconhecido como falso coletivo, devendo seguir os índices de reajuste fixados pela ANS para contratos individuais. ()

Papel de pai

Servidor do TRE/RJ conseguiu na Justiça ser transferido para mais perto do filho com TEA para acompanhar o tratamento. ()

Migas

1 - Associação vai ao STF contra perícia médica para INSS via análise documental. () 2 - Federação

aciona STF contra troca de partido sem perda de mandato. () 3 - Entregador será indenizado por transportar valores sem treinamento. () 4 - Usina indenizará trabalhador ferido ao atravessar canal em chamas. () 5 - Mulher demitida após questionar valor de plano de saúde será indenizada. () 6 - Estado deve custear tratamento de musicoterapia a criança autista. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

UMA Migalhas

Leis recentes ampliam o combate à violência doméstica, mas seguem mais reativas do que preventivas, apontam Carolina da Silva Leme e Julia Capolupo. ()

Migalhas de Direito Privado Estrangeiro

Na França, o concubinato não assegura direito à herança, mas admite reflexos patrimoniais em casos específicos, explica Carlos Eduardo Elias de Oliveira. ()

Por dentro da Suprema Corte dos EUA

Os bastidores da Suprema Corte americana e reflexões sobre seu funcionamento são tema de entrevista com Paul D. Clement conduzida por Gustavo Favero Vaughn. ()

Ordem na banca

Sócios que concentram decisões travam o crescimento do escritório, alerta Lara Selem para a importância da autonomia estruturada. ()

Migalhas Notariais e Registrais

O avanço das diretivas antecipadas com o Estatuto do Paciente e seus reflexos na autonomia e na segurança jurídica são o foco da análise de Gustavo Bandeira. ()

Leitura Legal

Estatuto do Paciente amplia a proteção à saúde e reforça sua relação com a dignidade humana, destaca Eudes Quintino de Oliveira Júnior. ()

Migalhas de peso

- "Messias, STF, aborto e os limites institucionais: o risco dos ativismos e das invasões de competência", por William Douglas (professor de Direito

Constitucional). ()

- "A Lei de Improbidade Administrativa no Brasil de hoje", por Jorge Eluf Neto (advogado). ()

- "Direitos indígenas e atuação jurídica contemporânea: Contribuições da perspectiva Kinikinau no ambiente de escritório de advocacia", por Nilson Roberto Flores (Mascarenhas Barbosa Advogados). ()

- "Representatividade adequada e controle judicial na ação civil pública", por Isabela Vidigal (Mattos Filho). ()

- "Rescisão trabalhista: Como evitar litígios e custos desnecessários no encerramento do contrato", por Ernane de Oliveira Nardelli (Jacó Coelho Advogados). ()

- "ANAC regulamenta tratamento dispensado aos passageiros indisciplinados nos trechos domésticos", por Ana Carolina Barbosa, Lorença Andrade, Sabrina Figueiredo e Thiago Carvalho (/asbz). ()

- "A exigência de intimação pessoal para incidência de astreintes: Análise do julgamento do Tema 1.296 do STJ", por Alini Hoffmann (Lollato Lopes Rangel Ribeiro Advogados). ()

- "A taxa Selic como juros moratórios nas dívidas civis anteriores à lei 14.905/24: O juízo de retratação no contexto do Tema repetitivo 1.368 do STJ", por Vanessa Milena Camargo (Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados). ()

- "Como identificar imediatamente o golpe da falsa corretora ou do falso investimento", por Héctor Luiz Borecki Carrillo (Carrillo Sociedade de Advogados). ()

- "Reagir é caro. Antecipar é estratégico: O novo papel do jurídico", por Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

- "IA na advocacia: 3 perfis de profissionais que vão dominar o mercado", por Bruno Doneda (Contraktor). ()

- "Uma Justiça que acerta sempre. e entende cada vez menos", por Anderson Leite (Martorelli Advogados). ()

- "Licenciamento nas EFPC: Da autorização formal à maturidade institucional", por Natália Cepeda Fernandes (Andrade Maia Advogados). ()

- "Reflexões necessárias sobre o PL 1.838/26", por Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade (Figueiredo

Ferraz Advocacia). ()

- "Guia de utilização na mineração: Limites normativos e disfunções regulatórias", por Thiago Pastor Alves Pereira e Isabelle Line Santos (Rolim Goulart Cardoso Advogados). ()

Baú migalheiro

Há 526 anos, em 22 de abril de 1500, o navegador Pedro Álvares Cabral tornou-se o primeiro português a desembarcar na costa do atual Brasil, durante expedição rumo às Índias. O episódio marcou o início da presença portuguesa no território que viria a se tornar o Brasil, embora registros indiquem que exploradores espanhóis, como Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, já teriam passado pela região anteriormente. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Já garantiu sua participação no sorteio da obra "Arquiteto da Cidadania" (Citadel Grupo Editorial, 176p.), escrita por Maurício Oliveira? A publicação retrata a trajetória de Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo (Dal Pozzo Advogados) e sua influência na estruturação do Ministério Público e na defesa de direitos fundamentais. ()

Migalhíssimas

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em LGPD", com o tema "LGPD na prática: Decisões Jurisprudenciais e administrativas recentes". Amanhã, às 12h, pelo canal do YouTube mentoriaoabj. () Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestra no evento "Dia da **Propriedade Intelectual**", no dia 24/4, na USP. O tema da palestra será "Desenho Industrial: visão crítica". () Neste corte de "Daniel on Air", podcast de DANIEL, Viviane Kunisawa explica se o "Programa Nacional de Rastreabilidade de Produtos Agrotóxicos" traz vantagem competitiva para a exportação nacional. De acordo com a advogada, o programa é uma peça dentro de um contexto maior de sustentabilidade. Assista ao episódio completo. ()

Processo trabalhista

Nos dias 27, 28 e 29/4, às 19h, a AASP realiza, em sua sede e com transmissão online, o curso "Jurisdição Extraordinária na Esfera Trabalhista". Participe do sorteio e concorra a uma vaga-cortesia de modalidade online! ()

Premiada

A sorteada com a vaga-cortesia para o evento "Eproc - Conhecendo melhor o sistema", realizado pela AASP hoje, é Paula Sabrina Felix de Castro, de São Paulo/SP. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Piaçabuçu

BA/Guanambi

MA/Carolina

RS/Nova Petrópolis

SP/São Pedro do Turvo

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Clashing Styles and Goals As Iran and U.S. Face Off"

The Washington Post - EUA

"Va. voters clear way to redraw districts"

Corriere della Sera - Itália

"Mosca, insulti choc in tv a Meloni"

Clarín - Argentina

"Corrupción en la AFA: una hora antes de ser corrido, un juez ayudó a Tapia y a Tovigginio"

El País - Espanha

"El PP asume en el Congreso la idea de 'prioridad nacional' de Vox"

Público - Portugal

"Quase dois terços dos alunos dormem mal e 13% dizem-se ansiosos"

Die Welt - Alemanha

"Teheran droht mit neuen Angriffen"

The Guardian - Inglaterra

"Robbins accuses No 10 of applying huge pressure over Mandelson job"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"'Geração .com' se inclina ao centro e foge da polarização"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Geração solar em casas faz rede de energia atingir seu limite em três estados"

O Globo - Rio de Janeiro

"Trump estende cessar-fogo com Irã por tempo indeterminado"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Inconfidência ganha status de museu nacional"

Correio Braziliense - Brasília

"STF decide prisão de ex-BRB. Banco busca ampliar capital"

Zero Hora - Porto Alegre

"Lula aponta 'ingerência' e cogita resposta aos EUA após expulsão de delegado federal"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Trump prorroga cessar-fogo com Irã até que discussões sejam concluídas"

Finep e MCTI anunciam investimento de R\$ 14,9 milhões voltado à adequação da Embrapa às exigências do Tratado de Budapeste



247 - A Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciarão nesta quinta-feira (23), durante a Feira Brasil na Mesa, em Brasília, um investimento de R\$ 14,9 milhões voltado à adequação da Embrapa às exigências do Tratado de Budapeste. O acordo trata do reconhecimento internacional de patentes na área de **biotecnologia**. As informações são do jornal Folha de São Paulo.

O objetivo da iniciativa é credenciar a estatal brasileira como Autoridade Depositária Internacional responsável pelo armazenamento de microrganismos de interesse da agropecuária e da alimentação. Com essa certificação, o governo federal pretende ampliar o sistema nacional de conservação de **re-**

ursos genéticos, com foco em inovação científica e tecnológica no setor. Continue lendo no Brasil 247 Soberania e inovação científica

Segundo avaliação do governo, a medida contribui para o fortalecimento da soberania nacional na proteção de **inovações tecnológicas** desenvolvidas no país.

Em nota, o presidente da **Finep**, Luiz Antônio Elias, afirmou que o investimento deve facilitar processos relacionados ao registro de bioinsumos e à publicação de descobertas científicas envolvendo novas espécies. "Com isso, o Brasil se tornará referência como depósito de material biológico na América do Sul e Caribe", declarou Elias.

De acordo com dados apresentados pela **Finep**, entre 2023 e 2025 foram destinados R\$ 8 bilhões a 640 projetos da cadeia agroindustrial, envolvendo instituições de ciência e tecnologia, empresas e cooperativas. O valor representa um volume quatro vezes maior do que o registrado no período entre 2019 e 2022.

Tags: Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Embrapa, Investimentos

Leia as últimas notícias do 247

Setor de videogames pode gerar US\$ 22 bi em lucro com cortes de custos apoiados por IA, diz Morgan Stanley



Ferramentas avançadas de inteligência artificial podem ajudar a reduzir os custos de desenvolvimento de videogames em quase metade, potencialmente liberando cerca de US\$ 22 bilhões em lucros anuais para fabricantes de jogos em todo o mundo, disseram analistas do Morgan Stanley.

A adoção de ferramentas de IA para automatizar tarefas como a criação de ambientes de jogos, a geração de diálogos e o teste de software poderia ajudar a encurtar os prazos de produção e reduzir os custos, ajudando a aumentar as margens ao longo do tempo, disse a corretora em uma nota datada de terça-feira (21).

No entanto, acrescentou, é improvável que os ganhos sejam distribuídos uniformemente pelo ecossistema de jogos.

A corretora de Wall Street estima que os gastos do consumidor global com videogames totalizarão US\$ 275 bilhões este ano, com cerca de 20%, ou cerca de US\$ 55 bilhões, a serem reinvestidos no desenvolvimento e nas operações de jogos.

Normalmente caro e trabalhoso, o desenvolvimento de jogos pode se tornar mais enxuto, pois a IA permite equipes menores e melhorias mais rápidas após o lançamento, acrescentou o Morgan Stanley.

A magnitude do desenvolvimento de jogos modernos é ilustrada pelo Grand Theft Auto VI, da Take-Two Interactive, um dos títulos mais esperados do setor, que está em desenvolvimento desde aproximadamente 2018, cinco anos após o lançamento de GTA V. Atualmente, o lançamento está previsto para novembro de 2026, após vários adiamentos.

"Vemos o valor se concentrando em plataformas e descobertas em escala, especialmente entre empresas com dados proprietários, **propriedade intelectual** e operações ao vivo", disse a corretora.

"Os maiores beneficiários podem ser aqueles que controlam a distribuição, os dados e o engajamento."

O Morgan Stanley acrescentou que plataformas de jogos e operadoras, incluindo a Tencent, a Sony e a Roblox, poderiam ser as principais beneficiárias, enquanto grandes editoras como a Take-Two, a Electronic Arts e a Ubisoft, que possuem escala suficiente para implementar IA em vários títulos, também poderiam se beneficiar.

Por outro lado, empresas com franquias mais fracas, como a Playtika e a Netmarble, poderão enfrentar uma pressão maior, pois a IA reduz o custo de produção de jogos de médio porte, o que gera mais concorrência.

"Mecanismos de jogos como o Unity e o Unreal Engine enfrentam um resultado mais binário: adaptar-se ou sofrer interrupções", disse a corretora.

Além da economia de custos, a IA poderia aumentar as receitas, mantendo os jogos atraentes por mais tempo, aumentando os gastos com conteúdo adicional, compras no jogo e assinaturas.

Em vez de depender principalmente de novos lançamentos, as editoras poderiam mudar o foco para atualizar as franquias existentes por meio de conteúdo orientado por IA, amortecendo o impacto financeiro, disse a corretora.

Quem é o novo secretário-executivo do MDIC?



O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) nomeou nesta quarta-feira (22) um novo secretário-executivo.

Rodrigo Zerbone, advogado especialista em políticas públicas e gestão governamental, será o novo responsável pela supervisão administrativa, além de coordenação de políticas industriais e missões internacionais com objetivo de atrair investimentos e expandir a base exportadora do País.

Vale lembrar que o MDIC é um órgão da administração pública federal direta que determina a competência a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços. Também fazem parte das atribuições do ministério:

propriedade intelectual e transferência de tecnologia;

metrologia, normalização e qualidade industrial;

políticas de comércio exterior; regulamentação e execução dos programas e das atividades relativas ao comércio exterior;

aplicação dos mecanismos de defesa comercial;

participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;

e desenvolvimento da economia verde, da descarbonização e da bioeconomia, no âmbito da indústria, do comércio e dos serviços.

Para ocupar o lugar de Zerbone na Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), a servidora Juliana Volpi foi indicada. Ela possui uma carreira sólida na área de comércio exterior e assuntos internacionais desde 2013.

De acordo com a pasta, a trajetória de Volpi reúne experiência em assessoramento para tomada de decisão, chefia de gabinete e coordenação de políticas públicas voltadas ao comércio exterior, bem como atuação em comunicação institucional.

Ela também foi subsecretária para Temas Econômicos na Casa Civil da Presidência da República, com participação no processo de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Quem é Rodrigo Zerbone?

Rodrigo Zerbone, segundo a pasta, é servidor público desde 2004 e estava à frente da Câmara de Comércio Exterior (Camex), exercendo a Secretaria-Executiva do colegiado.

Ele já trabalhou como conselheiro diretor e vice-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações e secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços.

Sua trajetória inclui passagens pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Economia, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Balança comercial

O MDIC é um dos principais órgãos responsáveis por analisar a balança comercial do Brasil. O número de exportações, importações, fluxo de comércio e mais detalhes sobre os parceiros comerciais do país passam pelas análises do ministério.

Em março, por exemplo, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 6,40 bilhões, registrando aumento de 10% nas exportações (US\$ 31,60 bilhões) e 20,1% nas importações (US\$ 25,20 bilhões).

Os principais parceiros comerciais do Brasil continuaram sendo Argentina, Estados Unidos, China e União Europeia.

No ano, as exportações totalizam US\$ 82,338 bilhões e as importações, US\$ 68,163 bilhões, com saldo positivo de US\$ 14,175 bilhões, um crescimento de 47,6% em relação ao primeiro trimestre de 2025.

Os setores de destaque da exportação brasileira foi a Agropecuária, com aumento de 1,1% nas vendas comparado ao ano passado. Por sua vez, a compra

foi maior no setor de Indústria Extrativa (24,1%).

Siga O Brazilianista nas redes sociais

Quando a beleza vira exclusividade: as patentes que protegem produtos icônicos



Fran by Franciny ehlke

No universo da beleza, criar um produto incrível já não é suficiente - é preciso proteger a ideia. Em um mercado altamente competitivo, onde tendências viralizam em segundos, as patentes e registros de design se tornaram ferramentas essenciais para garantir exclusividade e inovação.

E sim: alguns dos produtos mais desejados do beauty são protegidos por lei - o que significa que não podem ser copiados, nem mesmo por grandes marcas.

No Brasil, esse processo passa pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, órgão responsável por registrar e proteger criações intelectuais. É por meio dele que marcas garantem direitos sobre diferentes tipos de inovação, como:

Patentes: protegem fórmulas, tecnologias e processos inéditos

Desenho industrial: protege o design de embalagens e formatos de produtos

Marcas registradas: garantem exclusividade sobre nomes, logos e identidade visual

Na prática, isso significa que uma empresa pode impedir legalmente que concorrentes copiem desde a composição de um sérum até o formato de um pincel ou a embalagem de um batom. Mais do que burocracia, o registro no **INPI** transforma criatividade em ativo estratégico - muitas vezes milionário.

Um exemplo recente que movimentou o mercado brasileiro foi o pincel triangular da Mari Maria Makeup, que virou febre justamente por seu

formato diferenciado - protegido juridicamente. A marca, inclusive, teria optado por não impedir uma gigante internacional de reproduzir o conceito,

mostrando como a **propriedade intelectual** também pode ser estratégica.

Mas ela não está sozinha. Conheça outros cases de marcas que transformaram inovação em ativo legal:

Pincel Triangular Mari Maria Makeup

Vale destacar que a própria Mari Maria optou por uma abordagem diferente e estratégica ao lidar com a concorrência. A influenciadora decidiu autorizar o uso do formato de pincel triangular por outra marca, reforçando que essa era uma escolha que cabia exclusivamente a ela - podendo liberar ou não o uso do conceito.

"Compra quem quiser. Na verdade, só de eu ter sido a primeira pessoa a lançar esse pincel já foi um grande marco na minha carreira. Uma marca brasileira estar à frente do tempo é surreal para mim e eu fico muito feliz. E de saber que uma marca, como a da Kylie, de uma grande influenciadora mundial, ter lançado um pincel que eu lancei primeiro, eu fico muito feliz. E, gente, vai comprar quem quiser. O preço vai vir superior, com certeza. Mas, é isso. Estou feliz, claro que vou conceder. O importante é as pessoas comprarem o que elas gostam e se identificam", comentou.

A fala evidencia uma postura de segurança e visão de mercado, mostrando que, mais do que a exclusividade, o posicionamento de marca e a conexão com o público também são ativos poderosos na construção de relevância.

Continuação: Quando a beleza vira exclusividade: as patentes que protegem produtos icônicos

Eddie Murphy e Jeniffer Nascimento Foto: NBCUniversal/Divulgação /
Elas no Tapete Vermelho

Veja a comparação dos pincéis Mari Maria Makeup x Kylie Jenner

@naylasaab

Iriam de @Mari Maria Makeup ð ou @Kylie Jenner???? #tiktokbeleza #maquiagem #pinceldemaquiagem #marimariamakeup #marimaria #kyliecosmetics #kylie #kyliejenner #pincelmarimaria #dica-demaquiagem

â¬ original sound - NAYLA ð,ð» âi, dicas de amiga

Base Blindada Kohll Beauty

A Kohll Beauty também se destaca no cenário nacional ao investir em inovação e proteção de **propriedade intelectual**. Sua conhecida Base Blindada é resultado de anos de pesquisa e desenvolvimento, combinando alta performance com tecnologia exclusiva.

O produto ganhou notoriedade por sua resistência extrema - sendo capaz de suportar atrito, suor, oleosidade e até lágrimas - graças ao uso de formadores de filme e pigmentos de alta tecnologia que criam uma espécie de "camada protetora" sobre a pele, garantindo longa duração e acabamento uniforme ao longo do dia.

Além da performance, a marca buscou proteger essa inovação por meio de registro e desenvolvimento tecnológico, reforçando a preocupação em resguardar os estudos envolvidos na criação da fórmula. A proposta da "maquiagem blindada", inclusive, se tornou o conceito central da Kohll, posicionando o produto como uma solução de alta resistência dentro do mercado profissional e de alta performance.

Na Kohll Beauty, investimos anos em pesquisa e desenvolvimento para criar a nossa base blindada, que possui tecnologia própria e patenteada.

Sabemos que outras marcas procuram as mesmas fábricas que a nossa com o objetivo de reproduzir esse conceito de maquiagem blindada, o que apenas reforça a relevância e o pioneirismo do nosso trabalho. No entanto, inovação de verdade vai muito além da fábrica - está na fórmula, no conceito e na consistência da marca, comenta Helo Bertolini - CEO da Kohll Beauty

Base BT Skin Linha Bruna Tavares

Nem mesmo a gigante Bruna Tavares ficou de fora das polêmicas envolvendo cópias no mercado de beleza. Uma marca de maquiagem foi acusada de "se inspirar demais" na icônica embalagem da linha BT Skin - reconhecida principalmente pelo seu design distintivo, com destaque para o espelho integrado, um dos principais elementos visuais da identidade da marca.

A repercussão foi imediata: consumidores fiéis à BT demonstraram insatisfação nas redes sociais, criticando a semelhança entre os produtos. Diante do cenário, Bruna Tavares decidiu agir judicialmente, entrando com um pedido para que o item da concorrência seja retirado do mercado. A alegação é de que a semelhança estaria gerando confusão no momento da compra, levando consumidores a acreditarem que o produto concorrente fazia parte de sua linha original.

Sallve - Tecnologia Patenteada

A Sallve possui cinco produtos com patentes requeridas no Brasil: o Óleo Antioxidante, o Tônico Renovador, o Óleo Antiacne, o Sérum Antiacne e o Leite Micelar. Cada um deles apresenta diferenciais tecnológicos que sustentam os pedidos de proteção intelectual, com foco principalmente em combinações inéditas de ativos, processos de fabricação e novas formas de entrega dos ingredientes na pele.



Bruna e Helô Pinheiro, Sharon Azulay e Deborah Secco no desfile da BlueMan Foto: Victor Chapetta/Brazil News / Elas no Tapete Vermelho

De acordo com a dermatologista Carine Dal Pizzol, responsável por explicar os fundamentos das formulações, as inovações partem de estudos aprofundados e do desenvolvimento de soluções que vão além do uso tradicional dos ativos cosméticos.

A influenciadora e empresária Franciny Ehlke esteve na região da Rua 25 de Março para expor de perto um problema que vem afetando sua marca: o avanço de plágios e réplicas de seus produtos no mercado.

Segundo ela, a situação acende um alerta importante. A proliferação dessas versões pode confundir o consumidor, que muitas vezes acredita estar adquirindo um item original, quando na verdade está diante de uma imitação ou até mesmo de uma **falsificação**.

Qual é o ponto?

É importante ter o registro para proteção, justamente porque ele funciona como um resguardo para a marca.

Mas um bom formulador consegue fazer engenharia reversa de uma fórmula que fique muito, muito parecida com a de outra marca, mudando apenas alguns ingredientes ou o percentual deles, usando apenas a INCI list (lista de ingredientes do verso).

Por isso, o diferencial das marcas passa a ser o uso de moléculas e complexos de ativos exclusivos, para que isso não seja apenas um diferencial de marketing, mas algo que realmente coloque o produto à frente dos concorrentes no país.

Na Notracorp, incentivamos que os clientes invistam, sim, em tecnologias exclusivas, mas que entendam que a engenharia reversa é algo muito comum - é justamente daí que surge o mercado de dupes.

Quanto mais 'manjados' forem os ingredientes, mais fácil é reproduzir a fórmula. No caso de fórmulas, a marca só está protegida quando há o uso de ativos exclusivos. O BT Velvet, por exemplo, foi copiado por muitas marcas, e a BT meio que não pode fazer nada, porque, ao mudar alguns ingredientes, a performance fica parecida, mas a fórmula já se torna diferente", comenta Carla Ramalho, cofundadora da Notracorp.

O que são dupes (e por que eles existem)

Dupe vem de "duplicate", mas no beauty significa algo mais específico: um produto inspirado em

outro, com proposta semelhante - geralmente mais acessível.

Exemplo prático:

Mesma proposta (base glow, lip oil, blush líquido)

Resultado parecido na pele

Continuação: Quando a beleza vira exclusividade: as patentes que protegem produtos icônicos

Bruno Gagliasso e os filhos Bless e Zyan aplaudem Titi na passarela
Foto: Victor Chapetta/Brazil News / Elas no Tapete Vermelho

Mas com identidade própria

Características de um dupe:

Não copia embalagem de forma idêntica

Não usa nome parecido pra confundir

Não tenta se passar pelo original

Foca em democratizar tendências

O que é plágio (e onde começa o problema)

Plágio vai além da inspiração. É quando uma marca copia elementos-chave de outra de forma que pode confundir o consumidor.

Isso pode incluir:

Embalagem muito parecida

Nome semelhante

Identidade visual praticamente igual

Conceito replicado sem adaptação

No Brasil, isso entra no campo de: concorrência desleal e **propriedade industrial**, regulados pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**

Beleza com dono

Se antes tendências eram copiadas em semanas, hoje a lógica mudou. **Marcas** que inovam estão cada vez mais protegidas - e isso transforma produtos em verdadeiros ativos milionários. No fim, a mensagem é clara:

No beauty de hoje, criatividade vale ouro - e tem dono.

O legado dos 30 anos da LPI no Dia Mundial da Propriedade Intelectual



"Ao longo dessas três décadas, a lei contribuiu para atrair investimentos estrangeiros, fortalecer a indústria nacional e consolidar o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** como agente central desse ecossistema"

Por Stephanie Consonni De Schryver* - No dia 26 de abril, celebra-se o Dia Mundial da **Propriedade Intelectual**, data instituída pela **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** para reforçar a importância da proteção de criações do intelecto humano no desenvolvimento econômico e social. A **propriedade intelectual** é o alicerce que permite a inventores, artistas e empreendedores colherem os frutos de seu trabalho, incentivando a pesquisa, a inovação e a competitividade. Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Neste ano, a data ganha um significado especial para o Brasil: completam-se trinta anos da Lei de **Propriedade Industrial** (a Lei n.º 9.279/1996),

marco legislativo que modernizou o sistema brasileiro de **patentes**, marcas, **desenhos industriais** e repressão à concorrência desleal. A LPI representou um salto importante na segurança jurídica oferecida a quem inova em solo nacional. Ao longo dessas três décadas, a lei contribuiu para atrair investimentos estrangeiros, fortalecer a indústria nacional e consolidar o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** como agente central desse ecossistema. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

A verdade é que a **propriedade intelectual** nunca esteve tão em alta. Os debates avançam em ritmo acelerado: a inteligência artificial desafia os conceitos tradicionais de autoria e inventividade; a modernização do **INPI** promete reduzir os prazos de exame e aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais; a **biotecnologia** e a economia de dados redesenham fronteiras que pareciam consolidadas. Não se trata mais de um tema reservado a especialistas: a **propriedade intelectual** está no centro das grandes decisões estratégicas de governos, empresas e instituições de pesquisa. O Brasil dispõe hoje de uma base institucional robusta e de um ecossistema de inovação cada vez mais maduro para protagonizar essas discussões. Cabe a todos nós garantir que esse momento de efervescência se converta em progresso real, assegurando que a inovação continue a serviço de toda a sociedade. Sócia da área de **Propriedade Intelectual** de Tozzini-Freire Advogados*

Correio promove debate sobre propriedade intelectual na saúde



Avanços de inovações em soluções terapêuticas e a pesquisa no Brasil são pontos centrais do tema

O Correio Braziliense sediará, em 4 de maio, o Summit **Propriedade intelectual** na agenda pública: o que está em jogo para a saúde?. Em parceria com a **Interfarma**, o encontro reunirá especialistas e autoridades para discutir os principais desafios do setor no país.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

O objetivo do evento é abordar, a partir de painéis e palestras, as recentes ameaças à **propriedade intelectual** e os impactos econômicos e sociais, além de lançar um olhar atento ao desenvolvimento sustentável e ao acesso a novas tecnologias. Entre os convidados confirmados no encontro, está o presidente do Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual (Inpi)**, Júlio César Moreira.

Guia do GDF ensina servidores a reconhecer e denunciar assédio

O tema representa um grande desafio para a área da saúde, como aponta o economista Pedro Bernardo, já que um ambiente juridicamente instável pode atrasar inovações em soluções terapêuticas.

"Até 1996, o Brasil não reconhecia patentes farmacêuticas, situação que mudou com a promulgação da Lei de Patentes", afirma. "Nesse período, muitas empresas nacionais optaram por reproduzir medicamentos desenvolvidos no exterior, em vez de investir em pesquisa própria. Como consequência, o país

consolidou-se como um grande produtor de cópias, mas avançou pouco em inovação".

Cartórios do DF lançam plataforma digital de reconhecimento de paternidade

O economista explica que, com um ingresso tardio do Brasil na corrida tecnológica do ramo, o país ainda se mantém dependente da importação de soluções terapêuticas desenvolvidas por empresas voltadas à pesquisa.

"A introdução de uma inovação tende a estimular concorrentes a desenvolver soluções equivalentes ou superiores. Sem proteção patentária, porém, o incentivo muda: torna-se mais vantajoso copiar do que investir em pesquisa, que envolve riscos elevados", declara.

Caixa anuncia linha de crédito para agricultura familiar no DF

Para exemplificar a necessidade de inovação no campo da saúde, Pedro Bernardo cita os avanços recentes de vacinas contra a covid-19 ou os tratamentos para hepatite C e HIV. "A inovação envolve, por natureza, alto risco: exige investimentos significativos sem garantia de retorno. Quando esse cenário se combina com um ambiente regulatório instável ou imprevisível, o efeito tende a ser ainda mais negativo. A insegurança jurídica reduz a atratividade para investimentos e desestimula o desenvolvimento de novas tecnologias", observa o especialista.

Propriedade intelectual na agenda pública: o que está em jogo para a saúde?

Segunda-feira (4/5), às 9h, na sede do Correio Braziliense

Transmissão ao vivo pelo YouTube @correio.braziliense

Para se inscrever no evento, acesse o link.

Precarização nos games com IA preocupa 45,9% dos jogadores



Esta é a edição da Combo, a newsletter de games da Folha . Quer recebê-la todas as terças no seu email? Inscreva-se abaixo.

Parte dos brasileiros que consomem games no país afirmam preocupar-se com a forma na qual a inteligência artificial generativa é incluída no desenvolvimento de novos títulos, segundo relatório da 13ª edição da Pesquisa Game Brasil, publicada em 9 de abril.

De acordo com o levantamento, 45,7% dizem temer a precarização do setor criativo, resultando em perda de empregos. Ainda, 39,6% se preocupam com o uso indevido do trabalho de artistas e criadores, sem respeito a **direitos autorais**, e 38,4% tem receio de que os jogos percam a qualidade.

A IA generativa entrou no universo dos jogos com a adesão de grandes companhias como a EA (Electronic Arts), a Ubisoft, a Microsoft e a Epic Games. Todas justificam aumento de eficiência e aceleração do desenvolvimento de novos títulos, além de redução dos custos de produção.

A sondagem contou com 7.115 respondentes de 16 a 55 anos de idade distribuídos pelo Brasil em questionário online entre os dias 5 e 13 de março. O estudo é desenvolvido pelo SX Group e pela Go Gamers em parceria com a Blend New Research e a ESPM.

Essa preocupação com o mercado, entretanto, não seria um impeditivo para jogadores brasileiros consumirem games produzidos pela tecnologia. Con-

forme a pesquisa, são 40,9% os que afirmam que talvez comprariam jogos com boa parte do conteúdo gerado artificialmente. 39,3% certamente comprariam, e 15,4% não adquiririam games produzidos por IA.

O levantamento também mostra que o público gamer brasileiro é grande e cada vez mais jovem. São 75,3% os que dizem consumir algum tipo de jogo digital, e ao olhar para a diferença geracional, 36,5% tem entre 16 e 29 anos, idades correspondentes à geração Z.

A maioria dos gamers no país são mulheres, com 52,8% ante 47,8% de homens. Grande parte possui renda acima de três salários mínimos e se autodeclara branco. O celular continua sendo o principal meio de acesso a jogos, com 44,1% de participação, seguido de consoles, com 24%, e o computador, com 21,2%.

O uso da inteligência artificial, apesar de crescente na indústria de games, ainda é visto com ressalvas inclusive entre desenvolvedores. Apesar de mais evidente em dublagens, por exemplo, a criação gráfica ainda fica aquém do produzido pelo ser humano, apesar de auxiliar na produção.

Um exemplo disso está em "Clais Obscur: Expedition 33". O game utiliza a geração artificial para acelerar e facilitar a produção, ancorada em uma estética inspirada na Belle Époque francesa e feita artesanalmente. O game foi aclamado e eleito o jogo do ano no The Game Awards 2025.

O professor da ESPM Mauro Berimbau diz que o consumidor do país discute se a inserção da inteligência artificial nos games foi ética, para além do debate sobre ser a favor ou contra.

"O que acontece na prática é uma ponderação mais complexa, avaliando se o uso da IA fez com que profissionais da área fossem substituídos pela tecnologia ou se eles são a força predominante na confecção de jogos e se o uso fez com que a qualidade dos jogos caísse ou não", explica.

Continuação: Precarização nos games com IA preocupa 45,9% dos jogadores

A preocupação dos brasileiros com a perda de empregos em prol da tecnologia tem bases na realidade. A Square Enix, que produz "Final Fantasy", por exemplo, confirmou a redução de equipes fora do Japão e a substituição pela IA generativa.

Levantamento da GDC (Game Developers Conference) também afirma que, nos últimos dois anos, mais de 25% dos desenvolvedores perderam empregos, e 48% não conseguiram encontrar uma nova posição no mercado.

dica de game, novo ou antigo, para você testar

"The Boys: Trigger Warning" (Meta Quest) O lançamento do estúdio brasileiro Arvore em parceria com a Sony Pictures traz a aclamada série para dentro dos games e, especificamente, para o mundo da realidade virtual. Lucas, personagem brasileiro, escapa da morte depois de um acidente que teria matado uma filha. Ele recebe uma grande dose de Composto V, substância química criada para desenvolver super soldados, e ganha poderes telecinéticos. O game desenvolve bem habilidades de furtividade, tem uma jogabilidade interessante e é um bom candidato para impulsionar o mercado de

jogos imersivos.

novidades, lançamentos, negócios e o que mais importa

games que serão lançados nos próximos dias e promoções que valem a pena

20.abr "Jay and Silent Bob: Chronic Blunt Punch" (Nintendo Switch, PC, PS4, PS5, Xbox One e Xbox Series X|S)

21.abr "Vampire Crawlers" (Nintendo Switch, Switch 2, PC, PS4, PS5, Xbox One e Xbox Series X|S)

22.abr "Tides of Tomorrow" (PC, PS5 e Xbox Series X|S) "Masters of Albion" (PC)

23.abr "Kingdom's Return: Time-Eating Fruit and the Ancient Monster" (Nintendo Switch, Switch 2, PC, PS5 e Xbox Series X|S)

24.abr' "Little Nightmares VR: Altered Echoes" (Meta Quest, PC e PS5)

Índice remissivo de assuntos

Desenho Industrial	16
Direitos Autorais	1,2,18,19
Entidades	8,16
Inovação	1,2,8,16
Marco regulatório INPI	12,13,14,15,16,17
Patentes	8,12,13,14,15,16,17
Pirataria Biopirataria	8
Propriedade Industrial	12,13,14,15,16
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16,17